

Divergências entre PT e PSDB são pequenas

Os fundamentos são mais importantes do que a retórica eleitoral nessa polêmica em torno dos gastos públicos, do tamanho do Estado brasileiro e das privatizações, alerta o cientista político Rogério Schmitt, da **Tendências Consultoria**. “E os fundamentos mostram que existe muito pouco espaço para mudar o atual perfil dos gastos públicos”, afirma.

Segundo Schmitt, as divergências reais entre o PT e o PSDB sobre esses pontos da política macroeconômica “são muito menores do que se apresentam”. “Exageros são cometidos nos dois lados em atribuir ao adversário visões não totalmente justas. Seja quem for o próximo presidente, a margem de manobra para alterar as despesas será muito pequena”, acentua.

Isso porque o Orçamento Geral da União é muito enges-

sado — a maior parte dos quase R\$ 400 bilhões tem destinação determinada em lei e, portanto, não pode ser alterada, como é o caso dos benefícios previdenciários e sociais (Lei Orgânica da Assistência Social), seguro-desemprego, entre outros. Até mesmo os gastos com saúde e educação estão vinculados à arrecadação dos tributos, ou seja, parte das receitas obrigatoriamente deve ser gasta nessas áreas.

Segundo o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o governo federal terá em 2007 não mais que R\$ 90 bilhões do Orçamento federal livres para as chamadas despesas discricionárias — aquelas que podem ser decididas de acordo com as prioridades de quem está no poder. Ainda assim esse montante inclui gastos de saúde e educação, que em parte estão

“carimbados”, como se diz na linguagem das finanças públicas, ou seja, são previamente definidos em lei.

“Estamos empenhados em resolver essa equação, como conter os gastos públicos para sobrar mais dinheiro para investimentos, mas é preciso que a fórmula a ser negociada com os partidos e a sociedade sejam também estendidas para o Judiciário e Legislativo, não apenas para o Executivo”, afirmou o ministro.

O forte lobby da cúpula e base do funcionalismo público desses Poderes faz com que, a cada reajuste dado pelo governo a uma categoria, seja estendido automaticamente para o funcionalismo do Judiciário e Legislativo — e não apenas federal, mas também dos Estados e municípios.

Além de estabelecer um cronograma de desaceleração dos

gastos governamentais — uma regra em discussão é que fique abaixo do crescimento do PIB —, Paulo Bernardo destaca a importância da definição de uma política de reajuste do salário mínimo para o longo prazo. É que, pela Constituição Federal, a correção do salário mínimo deve ser estendida ao piso das aposentadorias e pensões da Previdência Social, impactando diretamente as contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bastante deficitárias.

O ministro não acredita que será possível um acordo entre os partidos para desvincular esse reajuste. Por isso, ele defende que o presidente Lula, se reeleito, encaminhe ainda neste ano ao Congresso um projeto de lei estabelecendo uma política de longo prazo para o reajuste do salário mínimo.

(L.L.)